

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

A Aplicação das Normas do Mercosul pelo Juiz Nacional

Ao ensejo do encerramento deste Conclave, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil e o Instituto Rio Branco, tenho a firme convicção de que mais um significativo passo foi dado no sentido da compreensão do complexo empreendimento necessário para implementar uma organização regional de integração econômica.

Mais um importante avanço nessa jornada, que está longe de se ver exaurida, mas que já nos permite uma perspectiva do caminho percorrido e proporciona uma antevisão das grandes dificuldades que ainda serão enfrentadas.

Neste ponto do trajeto, volto ao passado recente, às primeiras experiências integracionistas do Cone Sul com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC, instituída pelo Tratado de Montevideu, de 1960, e percebo que avançamos.

Na verdade, de 1960 até esta data, longo o caminho percorrido. E ainda mais longo aquele a ser percorrido, ressaltando-se, entre os empecos de implementação do projeto de integração econômica, aquele que nos diz respeito diretamente e que se vê estampado no título do presente Seminário: **A aplicação das normas do Mercosul pelo juiz nacional.**

O exame da temática, desde o princípio, deixa-nos perplexos ante os impasses ainda não-resolvidos nem mesmo em sede doutrinária, porquanto, histórica-

mente, duas grandes correntes dividem os doutrinadores entre os partidários do monismo e os adeptos do dualismo jurídico.

Para os monistas, as esferas internacional e interna se reduzem a um sistema único, separadas apenas por uma diferença de grau, de modo que haja uma preeminência do Direito das Gentes sobre o Direito Interno. A tese ganha impulso em 1923, quando a Corte Permanente de Justiça Internacional solucionou a denominada **Questão Wimbledon**, na qual afirmou o primado da regra do Tratado de Versalhes sobre o Decreto do Governo de Berlim.

Esse famoso caso, envolvendo um navio inglês afretado por companhia francesa, carregado de munições e armamentos, vindo de Salônica, no sul do Mediterrâneo, com destino à base marítima de Dantzig, na Polônia, o qual foi impedido de circular pelo canal de Kiel, com base no Decreto berlinês, evidenciou a inclinação da Corte Internacional pela tese monista, ao proclamar a prevalência do Tratado, que estabelecia o livre acesso ao canal para os navios mercantes e de guerra de todas as nações em paz com a Alemanha.

O julgado se contrapõe ao dualismo jurídico preconizado por Triepel em sua famosa obra “Direito Internacional e Direito Interno”, segundo a qual a distinção de fontes entre o Direito Internacional e o Direito Interno conduz à cisão, de maneira que a integração do tratado internacional no Direito Interno somente ocorre por intermédio da tramitação de projeto de lei especial, vazado nos moldes da convenção internacional. Essa parece ser, pelo menos no Brasil, a tendência majoritária dos operadores do Direito.

Sem pretender a tomada de partido em face da doutrina, considero pertinente a lembrança do disposto no art. 5º, § 2º, da Carta Política, consoante o qual os direitos e garantias nela expressos... *não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.*

De modo que a consagração do acolhimento do tratado internacional no âmbito do Direito Positivo, pelo viés constitucional autoriza a adoção do sistema de arbitragem como solução de controvérsias envolvendo a temática do Mercosul. Assim, preserva-se a soberania do Poder Judiciário brasileiro, ao tempo em que se admite, em certas circunstâncias, a eficácia, no Brasil, de decisão proveniente de corte arbitral estrangeira.

Relembro, por importante quanto ao assunto, a disposição legislativa há pouco editada em nosso ordenamento jurídico, que rende ensejo à adoção de meios alternativos de litígios. Cuida-se da denominada “Lei Marco Maciel” (Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996), que criou o juízo arbitral, aviventando instituto pouco utilizado, mas de grande eficiência como solucionador de controvérsias. Em fins de novembro último, como corolário da Lei nº 9.307/96, a Corte Brasileira de Arbitragem Comercial foi instalada.

Não obstante arrefecido no tempo o embate doutrinário, a aplicação do Direito Internacional pelos juízes nacionais reacende dúvidas sobre o grau de autonomia dos magistrados quando lidam com o tema, conforme restou evidenciado ao longo deste Seminário.

E o grau de dificuldade se afigura complexo quando colhemos da autorizada opinião do Professor Luiz Olavo Batista, ilustre conferencista desta manhã, lição de que a integração nacional dos Estados (que dá conformação aos respectivos mercados) é informada pelo conjunto de cinco grandes liberdades: a de circulação de mercadorias, a de estabelecimento do empreendedor, a de circulação de trabalhadores, a de circulação do capital e a liberdade de concorrência.

Tais preceitos nacionais, quando submetidos ao regime de mercado comum, provocam grande impacto no plano do direito constitucional e no plano das relações privadas. No âmbito do Mercosul, o mesmo conflito há de se repetir, convocando a atuação dos nossos Juízes para resolver as pendências.

Convém, no ponto, não olvidar o ideário norteador da Aladi, que ainda merece reflexão, porquanto, por intermédio daqueles princípios concernentes ao **pluralismo**, à **convergência**, à **flexibilidade**, ao **tratamento diferencial** e à **multiplicidade**, sinaliza o caminho da integração, tendo como rumo a tolerância mútua, a aceitação do outro em sua diversidade.

Interessante observar que os Estados, assim como os homens, não têm um futuro promissor se não houver cooperação. Para usar uma imagem bem ao nosso gosto jurídico, diria que, na lide da existência e sobrevivência terrena dos povos, o litisconsórcio é necessário e indeclinável. Não apenas o litisconsórcio simples, mas o unitário, no qual a sentença do Supremo Juiz há de produzir idênticos reflexos para todos.

De minha parte, estou confiante em que a Justiça brasileira saberá entregar a prestação jurisdicional necessária para viabilizar o empreendimento integracionista. Acredito no Magistrado nacional a despeito de todas as vicissitudes materiais que enfrenta.

Exemplo disso já desponta em casos como os mandados de segurança julgados pelo Tribunal Regional Federal da Quinta Região, onde a jurisprudência se debruça sobre controvérsias relativas à majoração de alíquota do imposto de importação de combustíveis que envolvem considerações sobre as regras fixadas no âmbito do Mercosul, valendo-se de interpretação vinculada ao firmado no Tratado de Assunção. Nesses casos, os acórdãos reforçam e acentuam os propósitos de estabelecimento de uma tarifa externa comum, a adoção de uma política comercial unificada em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais.

Para auxiliar o Magistrado brasileiro nessa tarefa, tenho a certeza de que o Conselho da Justiça Federal, por intermédio do Centro de Estudos Judiciários, muito ainda há de contribuir. Permaneço tranqüilo quanto ao cumprimento desse desiderato, pois o eminente Ministro Fontes de Alencar, seu Diretor, às qualidades de empreendedor reúne os atributos de professor universitário. E, nessa perspectiva, sabe da importância do treinamento, da informação, do debate, da meditação reflexiva.

O presente Seminário desponta como fruto dessa consciência e, por isso, desde logo me congratulo com Sua Excelência e com todos quantos cooperaram para sua realização.

Meus particulares agradecimentos, neste ensejo, ao Embaixador André Mattoso Maia Amado, ilustre Diretor do Instituto Rio Branco, na pessoa de quem parabenizo os dedicados e competentes servidores daquela Instituição que muito contribuíram para o sucesso do Conclave.

Agradeço, sensibilizado, a inestimável cooperação da nobre classe dos Advogados, cumprimentando-os na pessoa do Dr. Reginaldo Oscar de Castro, ilustre Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, aqui representado pelo Dr. Carlos Eduardo Caputo Bastos.

A todos os notáveis conferencistas que abrilhantaram os trabalhos do Seminário, registro o agradecimento em meu nome pessoal e na qualidade de Presidente do Superior Tribunal de Justiça, acentuando nossa esperança de que a honraria com a qual fomos distinguidos possa renovar-se. Não podemos, mesmo, prescindir desse convívio enriquecedor e cremos que novas oportunidades de debates e reflexões hão de surgir.

Agradeço, mais uma vez, aos funcionários desta Corte pela dedicação e competência sempre demonstradas e, na certeza do êxito alcançado, declaro encerrado o Seminário.

* Discurso proferido em 26 de maio de 1998, por ocasião do encerramento do "Seminário sobre a Aplicação das Normas do Mercosul pelo Juiz Nacional", Auditório do STJ.